

À

Prefeitura Municipal de São Borja

Comissão de Licitações

Ref. Pregão Eletrônico Edital nº 14/2025

AAA Roless Comércio e Assistência Técnica de Relógios Ponto Ltda, pessoa jurídica, devidamente inscrita no CNPJ nº. 02.380.858/0001-54, com sede na Rua Anchieta, 398 bairro Glória em Porto Alegre/RS, neste ato representada por seu representante legal abaixo assinado, vem respeitosamente apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Com fulcro nos artigos 12 do Decreto nº 3.555/2.000 e 41 §2º da Lei Federal 8.666/93, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

Este estimado Órgão publicou edital de licitação na modalidade Pregão Eletrônico visando a aquisição de RELÓGIOS PONTO COM BIOMETRIA, para diversas Unidades.

A ora Impugnante, com o intento de participar do referido certame, ao realizar a análise do edital e os documentos anexados juntos à este, verificou que as características técnicas atribuídas ao objeto são demasiadamente específicas e desnecessárias, restringindo, sobremaneira, o caráter competitivo do certame.

Imperioso destacar que o núcleo do objeto ora licitado é a contratação de empresa especializada na implementação de controle de registro eletrônico de frequência dos servidores, ou seja, ainda que a Administração possua discricionariedade para estabelecer características mínimas que entenda pertinentes, em relação aos equipamentos e ao software, não se pode estabelecer exigências excessivas e desnecessárias, que sirvam tão somente para diminuir o universo de possíveis proponentes, sem trazer qualquer benefício para a consecução dos objetivos da contratação.

Frisa-se que o constrangimento da ampla competitividade do certame, além de ilegal, implica na dificuldade de atingir o principal objetivo do processo licitatório, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa, consoante Art. 31, da Lei 13.303/2016.

Por esta razão, apresenta-se impugnação, a fim de que as exigências restritivas à ampla participação no certame sejam suprimidas, prestigiando a legalidade e a ampla competitividade no referido certame.

DOS ITENS IMPUGNADOS

Produto certificado pelo Inmetro - Portarias 4 de 2022 e 671 de 2021

Homologado Portaria 671/2021 Produto homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego

Quantidade de Funcionários Capacidade para no mínimo 15.000 usuários cadastrados

Quantidade de Digitais Capacidade para 15.000 digitais (1:1) e 5.000 (I:N)

Leitor biométrico Leitor de impressão digital óptico.

Cartões de Proximidade Compatível com tecnologia

Mifare ou 125kHz ASK

Cartões de Barra Leitura de cartões de barras (Código 39, 2 de 5 e 2 de 5 entrelaçado)

QRCODE

Compartimento de Bobina Capacidade para bobinas de até 400m (10.000+ tickets por bobina)

Mecanismo Impressor Mecanismo impressor de alta qualidade.

Corte Automático do Ticket Impressora com guilhotina de alta velocidade

Velocidade de Impressão Velocidade de impressão de no mínimo 100 mm/s

Deteção de Quantidade de Papel Restante Permite o monitoramento do nível de papel remotamente

Nuvem: Possibilidade de sincronização automática com a nuvem

USB 1 porta USB 2.0 Host (Porta Fiscal) para fiscalização de Arquivo Fonte de Dados (AFD) e 1 porta USB 2.0 Host para importação e exportação de usuários e recebimentos de AFD

Ethernet 1 porta Ethernet 10/100Mbps nativa

Wi-Fi Módulo de conexão via Wi-Fi

Tela LCD Touchscreen Display LCD TFT colorido mínimo de 2.4" sensível ao toque

Alimentação 110-220V (Bi-Volt) / 60Hz

No-Break No-break interno de até 4h

Em busca no site de pesquisas GOOGLE, localizamos somente um fabricante com equipamento REP-C com leitor QRCODE , a saber , <https://www.madis.com.br/Produtos/md-rep-evo-ii-rep-c-qr-code/>

Ao nosso ver, resta claro, que o edital não pode trazer formalidades exacerbadas e muito menos, exigências desnecessárias, que prejudiquem o caráter competitivo do certame, bem como a isonomia do procedimento licitatório, vindo a acarretar numa escolha que não necessariamente será a mais vantajosa à Administração.

Logo, tais exigências não trazem benefício técnico algum ao certame, ao contrário, apenas impossibilitam a competitividade, ferindo em absoluto o princípio constitucional e administrativo da isonomia. Acerca da isonomia entre os participantes, o jurista Marçal Justen Filho, ensina que a " **isonomia não obriga adoção de formalismo irracional. Atende-se ao princípio da isonomia quando se assegura que todos os licitantes poderão ser beneficiados por idêntico tratamento menos severo**".

No mérito, a modalidade de Pregão Eletrônico, sendo uma modalidade também para contratos de grande vulto, deve ser realizada sempre com a maior amplitude possível, permitindo a ampla competição entre os licitantes. Assim, como genuíno procedimento administrativo, encontra-se adstrito ao atendimento dos princípios basilares da legalidade, moralidade administrativa, publicidade dos atos processuais, ampliação da competitividade no certame, atendimento à finalidade pública, dentre outros princípios correlatos do Direito Administrativo.

Diante do exposto acima requer:

Dessa forma, solicitamos pelo ACOLHIMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL **suspendendo-se** a data do Pregão Eletrônico para abertura da presente licitação, bem como o Edital nº 14/2025, nos termos em que foi publicado.

Seja recebida, processada e JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE por V.Sa.;

Porto Alegre, 03 de Abril de 2025



RODRIGO LUIZ DIAS GUGLIERI

GESTOR

licitacao@roless.com.br